



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2023.**

(Processo Administrativo nº 116/2023)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Papanduva, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO - SRP, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 05 de Dezembro de 2023, a partir das 08h00 min.**

**FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08 de Janeiro de 2024 às 09h00 min.**

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08 de Janeiro de 2024 às 09h05 min.**

**REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).**

**LOCAL: Portal de Compras Públicas [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) .**

### **DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a futura e eventual **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 2023**, com distribuição nas Unidades Escolares de Ensino da Rede Municipal, sendo CEI's, Escolas de Ensino Fundamental, AEE e EJA, durante o ano letivo de 2024, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas abaixo:

1.2 *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos forem de seu interesse.*

1.3 *O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.*

### **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1 As despesas para atender a esta licitação serão provenientes do orçamento municipal vigente, previstos para o exercício de 2023.

### **DO CREDENCIAMENTO**

3.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.



# PAPANDUVA

## GOVERNO DO MUNICÍPIO

3.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto ao Portal de Compras Públicas.

3.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

3.4 Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

3.5 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas a Portal de Compras Públicas, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

3.6 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto ao Portal de Compras Públicas, poderes específicos de sua representação no pregão.

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e

c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro, inserção de catálogos do fabricante. “A empresa participante do certame não deve ser identificada”. Decreto 5.450/05 art. 24 parágrafo 5º.

3.7 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante nos Anexos para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

## 4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

c) abrir as propostas de preços;

d) analisar a aceitabilidade das propostas;

e) desclassificar propostas indicando os motivos;

f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

h) declarar o vencedor;

i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

j) elaborar a ata da sessão;

k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## **PARTICIPAÇÃO:**

4.2 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

4.3 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

## **4.7 Não poderão participar desta licitação os interessados:**

4.7.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.7.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.7.4 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.7.5 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.7.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do



# PAPANDUVA

## GOVERNO DO MUNICÍPIO

art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *Valor unitário e total do item;*

6.1.2. *Marca;*

6.1.3. *Fabricante;*

6.1.4. *Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
  - 7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
  - 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
  - 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor *do item*.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele
- 7.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o pregão e objeto licitado, quando o pregoeiro definir uma margem de lance para esse item.
- 7.9. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto".*
- 7.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.14. O Critério de julgamento adotado será o *menor preço* conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as



# PAPANDUVA

## GOVERNO DO MUNICÍPIO

microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.17. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.22. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado..

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.23.1. no país;

7.23.2. por empresas brasileiras;

7.23.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.24. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação



# PAPANDUVA

## GOVERNO DO MUNICÍPIO

realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 horas (duas), sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceite pelo Pregoeiro.

8.6.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1.1. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio.

8.6.2. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.



# PAPANDUVA

## GOVERNO DO MUNICÍPIO

- 8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- 9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006,





# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

- 9.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
  - 9.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.5. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**9.6. Habilitação jurídica:**

- 9.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 9.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.6.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.6.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.6.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**9.7. Regularidade fiscal e trabalhista:**

- 9.7.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.7.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação



# PAPANDUVA

## GOVERNO DO MUNICÍPIO

de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 9.7.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.7.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.7.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.7.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.7.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.7.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 9.7.9. A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

### 9.8. **Qualificação Econômico-Financeira.**

9.8.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

### 9.9. **Demais informações sobre a habilitação.**

9.9.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.9.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.9.2.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

- 9.9.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.9.4. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.9.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.9.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.9.7. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.9.8. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 9.9.8.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- 9.9.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 10.1. *A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:*
- 10.1.1. *ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.*
- 10.1.2. *conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.*
- 10.2. *A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no*



# PAPANDUVA

## GOVERNO DO MUNICÍPIO

*decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.*

10.2.1. *Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.*

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## 13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 14. DA CELEBRAÇÃO

14.1. *Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a **ATA/Contrato**, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.*

14.2. ***Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da ATA/Contrato, a Administração poderá encaminhar para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.***

14.3. *O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da **ATA/Contrato** poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.*

14.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;



# PAPANDUVA

## GOVERNO DO MUNICÍPIO

- 14.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 14.5. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 14.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses.
- 14.7. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 14.7.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 14.7.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 14.8. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 14.9. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

- 15.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## 18. DO PAGAMENTO

18.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 19.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 19.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 19.1.3. apresentar documentação falsa;
- 19.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.6. não mantiver a proposta;
- 19.1.7. cometer fraude fiscal;
- 19.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

19.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

19.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 19.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 19.4.2. Multa de até 10% ( dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 19.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo



# PAPANDUVA

## GOVERNO DO MUNICÍPIO

à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

- 19.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 19.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 19.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 19.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 19.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## 20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, através da própria plataforma [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), em campo específico, para que tenhamos registro das solicitações vinculadas ao processo para fins de transparência.
- 20.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, dependendo de cada caso.
- 20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 20.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de dois dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.





# PAPANDUVA

## GOVERNO DO MUNICÍPIO

20.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

### 21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

21.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 21.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 21.12.2. ANEXO II – Exigências para Habilitação;
- 21.12.3. ANEXO III – Modelo de proposta;
- 21.12.4. ANEXO IV – Declaração Inidoneidade
- 21.12.5. ANEXO V – Declaração Habilitação
- 21.12.6. ANEXO VI – Declaração menor de idade;
- 21.12.7. ANEXO VII – Declaração ME/EPP
- 21.12.8. ANEXO VIII – Declaração Responsabilidade
- 21.12.9. ANEXO IX – Declaração Vínculo
- 21.12.10. ANEXO X – Minuta da Ata de Registro de Preços

Papanduva /SC, 30 de Novembro de 2023.

**Jeferson Chupel**  
Prefeito Municipal



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## ANEXO I OBJETO / JUSTIFICATIVA:

O objeto da presente licitação é a futura e eventual **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 2023**, com distribuição nas Unidades Escolares de Ensino da Rede Municipal, sendo CEI's, Escolas de Ensino Fundamental, AEE e EJA, durante o ano letivo de 2024, conforme condições e especificações constantes no Edital e neste Termo de Referência.

Em caso de divergência existente entre as especificações dos itens que compõem o objeto descrito no site e as especificações constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.

### PREGÃO ELETRONICO Nº 116/2023 TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Valor Unit.	Total
1	500	UND	<b>Açúcar branco refinado</b> com registro nos órgãos competentes – embalagem própria resistente com 05kg – prazo de validade mínimo após a entrega: 10 meses - amostra obrigatória	R\$ 22,31	R\$ 11.155,00
2	2	UND	<b>Adoçante dietético líquido a base de stévia</b> – com registro nos órgãos competentes - Prazo de validade mínimo: 4 meses	R\$ 8,55	R\$ 17,10
3	450	UND	<b>Amido de milho</b> – embalagem com 0,500kg – validade mínima após a entrega: 06 meses	R\$ 7,60	R\$ 3.420,00
4	800	UND	<b>Arroz parboilizado tipo 1</b> com registro nos órgãos competentes – acondicionado em embalagem própria resistente contendo 05kg - Prazo de validade mínimo após a entrega: 11 meses	R\$ 24,76	R\$ 19.808,00
5	5	UND	<b>Arroz integral</b> com registro nos órgãos competentes embal 01kg – Prazo de validade mínimo após a entrega: 04 meses	R\$ 6,61	R\$ 33,05
6	400	UND	<b>Arroz branco</b> tipo 01com identificação do fabricante – embal 05kg – Validade mínima após a entrega: 05 meses	R\$ 26,96	R\$ 10.784,00
7	10	UND	<b>Bebida a base de soja isento de lactose tipo tradicional</b> – embal <i>tetra pak</i> de 01 litro (para crianças com intolerância a lactose) Validade mínima: 2 meses	R\$ 9,35	R\$ 93,50
8	10	UND	<b>Biscoito salgado integral</b> com registro nos órgãos competentes, contendo 250mg de sódio em 1 porção de 6 unidades – embalagem 0,400kg – Validade mínima após a entrega 03 meses.	R\$ 8,00	R\$ 80,00
9	400	UND	<b>Biscoito doce tipo de leite</b> para consumo de crianças de 06 meses a 03 anos de idade com registro nos órgãos competentes – embalagem 0,400kg – Validade mínima após a entrega: 03 meses.	R\$ 6,50	R\$ 2.600,00
10	10	UND	<b>Biscoito doce tipo de maisena sem lactose</b> na sua composição, embalagem contendo 0,740kg	R\$ 6,44	R\$ 64,40
11	100	UND	<b>Cravo da Índia</b> 0,010kg	R\$ 4,00	R\$ 400,00
12	100	UND	<b>Canela em rama</b> 0,010kg	R\$ 3,95	R\$ 395,00
13	100	UND	<b>Canela em pó</b> 0,025 kg	R\$ 5,28	R\$ 528,00



# PAPANDUVA

## GOVERNO DO MUNICÍPIO

14	300	UND	<b>Chocolate em pó 50% cacau</b> – Mistura para preparo de chocolate em pó, formulado a partir de matérias primas selecionadas: cacau em pó, açúcar e vitaminas - amostra obrigatória	R\$ 38,95	R\$ 11.685,00
15	100	UND	<b>Café em pó</b> com registro nos órgãos competentes– embalagem a vácuo de 0,500 kg – validade mínima após a entrega: 08 meses	R\$ 18,00	R\$ 1.800,00
16	1000	UND	<b>Creme de leite (Nata) pasteurizado</b> com registro SIF– resfriado pote com 0,300kg – validade mínima: 15 dias - amostra obrigatória	R\$ 11,70	R\$ 11.700,00
17	20	UND	<b>Creme de leite UHT zero lactose - Embalagem cartonada de 200gramas</b>	R\$ 5,48	R\$ 109,60
18	500	UND	<b>Erva para chá mate</b> – produto fabricado a partir das folhas e talos da erva mate (ilex paraguayenses) embal 0,500 kg – Validade mínima após a entrega: 08 meses.	R\$ 10,61	R\$ 5.305,00
19	500	UND	<b>Extrato de tomate simples concentrado</b> - lata contendo 0,850kg – validade mínima após a entrega 10 meses	R\$ 16,50	R\$ 8.250,00
20	300	UND	<b>Extrato de tomate simples concentrado</b> - lata contendo 0,350kg	R\$ 6,66	R\$ 1.998,00
21	50	UND	<b>Farinha de mandioca branca</b> – embalagem com 01kg com identificação da indústria – Validade mínima 02 meses	R\$ 9,36	R\$ 468,00
22	700	UND	<b>Farinha de milho tipo beiju</b> – embalagem com 01kg – Validade mínima após a entrega: 05 meses	R\$ 7,66	R\$ 5.362,00
23	600	UND	<b>Farinha de trigo especial tipo 1</b> enriquecido com ferro e ácido fólico com registro nos órgãos competentes O produto deve apresentar cor branca e produzir massa de consistência adequada as preparações. - Embalagem com 05 kg – Validade mínima 04 meses - amostra obrigatória	R\$ 20,93	R\$ 12.558,00
24	300	UND	<b>Farinha de trigo integral</b> – embalagem de 01 kg com identificação da indústria – Validade mínima 02 meses	R\$ 6,83	R\$ 2.049,00
25	400	UND	<b>Farinha de centeio</b> – embalagem com 01kg com identificação da indústria. Validade mínima na entrega: 60 dias	R\$ 8,06	R\$ 3.224,00
26	600	UND	<b>Farinha de aveia ou em flocos finos</b> – embalagem caixa 0,170 a 0,250kg com identificação da indústria – Validade mínima 03 meses	R\$ 6,26	R\$ 3.756,00
27	600	UND	<b>Fermento biológico</b> embalagem a vácuo com 0,100kg a 0,125kg - Validade mínima: 10 meses	R\$ 10,18	R\$ 6.108,00
28	1000	UND	<b>Feijão preto tipo 01classe 01-</b> embalagem de 01kg com identificação da indústria – tempo de cozimento de 30 minutos em panela de pressão – Validade mínima: 04 meses - amostra obrigatória	R\$ 7,63	R\$ 7.630,00
29	500	UND	<b>Fermento em pó químico</b> embalagem com 0,100kg – Deve apresentar bom crescimento da preparação -Validade mínima: 05 meses- amostra obrigatória	R\$ 5,00	R\$ 2.500,00
30	300	UND	<b>Formula infantil de partida (fase 01)</b> para alimentação de crianças de 00 meses a 06 meses de idade com registro nos órgãos competentes – Embalagem 0,800kg - Validade mínima 04 meses	R\$ 56,65	R\$ 16.995,00
31	400	UND	<b>Formula infantil de seguimento (fase 02)</b> para alimentação de crianças de 06 meses a 12 meses de idade com registro nos órgãos competentes – <b>Embalagem 0,800kg</b> - Validade mínima 04 meses	R\$ 54,92	R\$ 21.968,00



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

32	18	UND	<b>Formula infantil com proteínas lácteas extensamente hidrolisada com vitaminas, minerais e DHA e Nucleotídeos</b> para necessidades dietoterápicas específicas de restrição a proteínas lácteas de crianças lactentes até os 36 meses. <b>Embalagem 0,400kg</b> - Validade mínima 04 meses	R\$ 104,41	R\$ 1.879,38
33	900	UND	<b>Fubá fino de milho amarelo</b> enriquecido com ferro e ácido fólico - embalagem com 01kg – Validade mínima 04 meses.	R\$ 5,16	R\$ 4.644,00
34	9000	L	<b>Leite de vaca integral Uht</b> com registro SIF - embalagem cartonada de 01 litro - Validade mínima 03 meses.	R\$ 5,30	R\$ 47.700,00
35	200	L	<b>Leite de vaca 0% lactose Uht</b> com registro SIF - embalagem cartonada de 01 litro - Validade mínima 03 meses.	R\$ 7,19	R\$ 1.438,00
36	200	UND	<b>Lentilha classe graúda tipo 1</b> – embalagem 0,500kg com identificação da indústria – Validade mínima 03 meses.	R\$ 11,16	R\$ 2.232,00
37	900	UND	<b>Macarrão de sêmola tipo espaguete</b> com registro nos órgãos competentes - embalagem com 01kg – Validade mínima: 05 meses	R\$ 9,15	R\$ 8.235,00
38	500	UND	<b>Macarrão de sêmola tipo alfabeto</b> (letrinha) com registro nos órgãos competentes embalagem 0,500kg – Validade mínima: 03 meses	R\$ 6,53	R\$ 3.265,00
39	1500	UND	<b>Macarrão de sêmola tipo parafuso</b> com registro nos órgãos competentes - Embalagem de 0,500 kg – Validade mínima: 05 meses	R\$ 5,41	R\$ 8.115,00
40	700	UND	<b>Macarrão tipo ninho</b> com registro nos órgãos competentes – embalagem de 1kg – Validade mínima 05 meses	R\$ 10,51	R\$ 7.357,00
41	400	UND	<b>Margarina com sal 70% de lipídios</b> com registro nos órgãos competentes – embalagem com 0,500kg – Validade mínima 04 meses	R\$ 10,60	R\$ 4.240,00
42	1500	UND	<b>Óleo de soja refinado</b> com registro nos órgãos competentes – frascos padronizados lacrados com 900ml – Validade mínima: 08 meses.	R\$ 7,00	R\$ 10.500,00
43	900	UND	<b>Quirerinha de milho amarelo</b> alimento fabricado a partir do milho, sem sujidades e substâncias estranhas com registro nos órgãos competentes – embalagem com 01 kg – Validade mínima: 05 meses.	R\$ 5,83	R\$ 5.247,00
44	500	UND	<b>Polvilho doce</b> , tipo 01, derivado de raiz de mandioca, embal 0,500kg	R\$ 8,63	R\$ 4.315,00
45	500	UND	<b>Polvilho azedo</b> , tipo 01, derivado de raiz de mandioca, embal 0,500kg	R\$ 6,61	R\$ 3.305,00
46	300	UND	<b>Queijo parmesão</b> ralado grosso sachê de 0,100g	R\$ 7,86	R\$ 2.358,00
47	10	UND	<b>Rosquinha de polvilho</b> , produzido com polvilho, fécula de mandioca, assado, sem glúten, sem lactose, sabor tradicional. Embal 0,080 a 0,100kg	R\$ 6,77	R\$ 67,70
48	800	UND	<b>Sagu</b> – produto amiláceo obtido da raiz da mandioca. Embal. 0,500kg	R\$ 7,75	R\$ 6.200,00
49	900	UND	<b>Sal refinado iodado com registro</b> nos órgãos competentes - embalagem com 01kg – Validade mínima: 10 meses	R\$ 2,75	R\$ 2.475,00
50	600	UND	<b>Trigo para “kibe”</b> embalagem 0,500kg com identificação da indústria – Validade mínima: 03 meses	R\$ 6,52	R\$ 3.912,00
51	150	UND	<b>Vinagre de álcool</b> – embalagem padronizada lacrada de 900ml – Validade mínima 12 meses	R\$ 2,50	R\$ 375,00



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

52	600	KG	<b>Abacaxi in natura</b> – A fruta deve ser entregue em perfeito estado sem manchas ou estado avançado de maturação com peso afixado.	R\$ 8,89	R\$ 5.334,00
53	80	KG	<b>Alho in natura cabeça</b> – cabeças inteiras – embaladas adequadamente com peso afixado na embalagem.	R\$ 31,29	R\$ 2.503,20
54	8000	KG	<b>Banana caturra in natura</b> em pencas madura e verde – no ato da entrega a fruta deve estar em perfeito estado madura ou verde conforme solicitado, estar acondicionada em caixas próprias em material plástico devidamente limpas com peso afixado.	R\$ 4,94	R\$ 39.520,00
55	400	KG	<b>Banha Suína Refrigerada</b> –embalagens tipo balde em material plástico com tampa hermeticamente fechada com 01 kg de tecido adiposo de suíno características próprias com registro nos órgãos competentes. - Validade mínima após a entrega: 03 meses	R\$ 17,26	R\$ 6.904,00
56	1500	KG	<b>Batata inglesa a granel</b> em perfeito estado para consumo sem sinais de brotos, brocas ou podridão em tamanho médio padronizado.	R\$ 5,45	R\$ 8.175,00
57	500	KG	<b>Beterraba a granel</b> em perfeito estado para consumo sem sinais de brotos, brocas ou podridão em tamanho médio padronizado.	R\$ 5,25	R\$ 2.625,00
58	5000	KG	<b>Carne de ave sobrecoxa congelada sem tempero, sem dorso.</b> O produto deve ser sem sambiquira ou resquícios de osso de dorso, deve apresentar cor rosada, estar congelada até -12°C, em embalagens de material atóxico, intacto, com rótulo ou etiqueta que identifique: categoria do produto, prazo de validade carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal) e SIE (Serviço de Inspeção Estadual). Embalagem 1 kg do produto - Validade mínima após a entrega: 5 meses	R\$ 15,37	R\$ 76.850,00
59	3500	KG	<b>Carne suína corte paleta em cubos</b> sem osso sem pele, excesso de gorduras aponevroses, congelada – O produto deve ser entregue em perfeitas condições em embalagens fechadas identificadas seladas pela indústria com prazo de validade e certificação SIF/SIE ou SIM. Para o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) deve - se respeitar a <b>Lei 1769, de 02 de abril de 2007 de acordo com o Artigo 3º Parágrafo 2º.</b> –Validade mínima 03 meses. – amostra obrigatória	R\$ 25,70	R\$ 89.950,00
60	3000	KG	<b>Carne bovina corte Acém sem osso em cubos</b> Embalagem com 01 kg e abatidos sob inspeção veterinária. Deve ser limpa e isenta de tecidos inferiores como ossos, nervos, tendões, pele sebo e aponevroses homogeneizada, percentual de gordura em torno de 4,5% conforme a TACO – Tabela Brasileira de Composição de Alimentos, Ausência de hematomas, fibrose, reações de vacinas e resíduo de tinta de carimbo. Apresentar cor e cheiro característicos carne bovina saudável. Embalada em pacotes de 0,500kg a 01kg congelada, identificada com peso, procedência, data de envasamento validade e Inspeção Sanitária SIE SIF ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) da marca ou fabricante. <b>Amostra obrigatória</b>	R\$ 27,20	R\$ 81.600,00
61	2500	KG	<b>Corte de frango peito congelado</b> sem osso com registro nos órgãos competentes SIF/SIE OU SIM – embalagem de 01 kg selados pela indústria. - Validade mínima: 05 meses	R\$ 19,00	R\$ 47.500,00
62	500	KG	<b>Cebola em cabeça a granel</b> em perfeitas condições sem brotos ou sinais de deterioração entregues em embalagens próprias com peso afixado.	R\$ 5,51	R\$ 2.755,00



# PAPANDUVA

## GOVERNO DO MUNICÍPIO

63	1500	KG	<b>Cenoura tamanho médio padronizado a granel</b> em perfeitas condições entregues em embalagem própria com peso afixado.	R\$ 6,86	R\$ 10.290,00
64	20	KG	<b>Gengibre fresco raiz a granel</b>	R\$ 8,00	R\$ 160,00
65	4000	UND	<b>iogurte sabor morango embalagem 900 a 1000ml</b> – produto composto de leite semidesnatado, açúcar polpa de fruta, ácido láctico, fermento lácteo conservante sorbato de potássio. Embalagem tipo sachê contendo 900 a 1000ml com identificação do produto e registro nos órgãos competentes. - Validade mínima após a entrega -10 dias	R\$ 12,20	R\$ 48.800,00
66	300	UND	<b>iogurte integral zero lactose- sabor morango.</b> Copo plástico, mínimo 140gramas	R\$ 7,00	R\$ 2.100,00
67	9000	KG	<b>Laranja variedade pera in natura</b> em perfeito estado embalagens com peso afixado conforme solicitação	R\$ 6,16	R\$ 55.440,00
68	3000	KG	<b>Maçã in natura</b> variedade argentina em perfeitas condições sem sinais de deterioração ou batido embalagens com peso afixado.	R\$ 14,60	R\$ 43.800,00
69	9000	KG	<b>Maçã in natura tipo gala ou fuji</b> tamanho médio padronizado em perfeito estado entregues em caixas própria do produto com peso afixado.	R\$ 10,96	R\$ 98.640,00
70	3000	KG	<b>Mamão in natura tipo formosa</b> em perfeito estado de maturação embalado individualmente sem sinais de podridão ou amassados com peso afixado na embalagem.	R\$ 9,86	R\$ 29.580,00
71	1500	KG	<b>Mamão in natura tipo hawaii</b> perfeito estado de maturação embalado individualmente sem sinais de podridão ou amassados – unidades pesando em torno de 1,4kg com peso afixado	R\$ 14,62	R\$ 21.930,00
72	3500	DZ	<b>Ovos vermelhos de galinha</b> embalagens próprias com 12 unidades em perfeito estado sem rachaduras de tamanho médio uniforme – Validade mínima 15 dias	R\$ 12,75	R\$ 44.625,00
73	3000	KG	<b>Tomate in natura a granel</b> em perfeito estado de maturação com peso afixado na embalagem	R\$ 8,13	R\$ 24.390,00
74	200	UND	<b>Tempero louro em folhas desidratadas – embalagem 0,005kg</b>	R\$ 4,00	R\$ 800,00
75	400	UND	<b>Açafrão da terra em pó</b> – produto puro extraído da raiz cúrcuma ou açafrão da terra – embalagem de 0,020kg	R\$ 4,73	R\$ 1.892,00
76	250	UND	<b>Azeite de oliva extra virgem</b> acidez máxima de 0,8% Embalagem de vidro de 0,500ml	R\$ 35,83	R\$ 8.957,50
77	400	UND	<b>Manteiga com sal</b> – produto gorduroso obtido exclusivamente a partir do leite de vaca. Não deverá conter: gordura vegetal hidrogenada, corantes e aromatizantes artificiais. Embalagem 0,200kg	R\$ 16,26	R\$ 6.504,00
78	26	UND	<b>Noz moscada</b> – Embalagem com 02 unidades	R\$ 4,66	R\$ 121,16
79	300	UND	<b>Orégano desidratado (seco) Embalagem 0, 010kg</b>	R\$ 3,93	R\$ 1.179,00
80	1000	KG	<b>Abóbora variedade cabotia</b> - em perfeito estado para consumo sem sinais de podridão ou cortes.	R\$ 6,00	R\$ 6.000,00
81	5000	KG	<b>Manga</b> em perfeito estado de maturação embalada individualmente sem sinais de podridão ou amassados	R\$ 7,00	R\$ 35.000,00
82	50	UND	<b>Essência de Baunilha – embalagem 30ml</b>	R\$ 4,60	R\$ 230,00
83	3500	KG	<b>Melancia de polpa vermelha</b> – fruto fresco em perfeito estado íntegro sem sinais de podridão. - Entrega nos períodos de verão	R\$ 3,70	R\$ 12.950,00
84	2000	KG	<b>Pera importada (argentina)</b> fruta em perfeito estado íntegro sem sinais de podridão.	R\$ 10,20	R\$ 20.400,00



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

85	500	UND	<b>Cacau em pó 100%</b> - sem adição de açúcares ou aditivos - embalagem de 200g	R\$ 23,96	R\$ 11.980,00
86	50	UND	<b>Pão de forma zero glúten e lactose</b> – para dietas de pessoas com restrição a glúten e lactose.	R\$ 15,00	R\$ 750,00
87	1000	KG	<b>Repolho verde</b> – fresco em perfeito estado	R\$ 4,50	R\$ 4.500,00
88	500	UND	<b>logurte integral natural</b> – embalagem 0,170kg Leite pasteurizado integral ou reconstituído integral e fermento lácteo.	R\$ 3,36	R\$ 1.680,00
89	2000	KG	<b>Carne bovina moída de dianteiro proveniente de bovino sadio</b> abatido sob inspeção veterinária. Deve ser limpa e isenta de tecidos inferiores como ossos, nervos, tendões, pele sebo e aponevroses homogeneizada, com cor e odor característicos do produto. Percentual de gordura em torno de 4,5% conforme a TACO – Tabela Brasileira de Composição de Alimentos. Ausência de hematomas, fibrose, reações de vacinas e resíduo de tinta de carimbo. Embalada em pacotes de 0,500kg a 01kg congelada identificada com peso, procedência, data de envasamento validade e Inspeção Sanitária SIE SIF ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) da marca ou fabricante. <b>Amostra obrigatória</b>	R\$ 30,30	R\$ 60.600,00
90	200	UND	<b>Leite de vaca em pó integral zero lactose instantâneo para dietas com restrição a lactose – 330 a 380 gramas:</b> Ingredientes: Leite fluido integral sem adição de açúcares. Com registro SIF e todas as informações nutricionais e número de lote. Validade mínima 03 meses	R\$ 28,00	R\$ 5.600,00
91	18	UND	<b>Fórmula Infantil zero lactose</b> enriquecido com ácidos graxos essenciais, DHA e ARA minerais e vitaminas para lactentes e crianças de primeira infância (0 a 12 meses) para necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose. - Embalagem de 400kg- Validade mínima 04 meses	R\$ 67,00	R\$ 1.206,00
92	800	UND	<b>Fórmula Infantil para primeira infância com teor adequado de proteínas</b> enriquecido com óleos vegetais DHA e ARA, prebióticos minerais, fibras e vitaminas sem adição de açúcares, para alimentação de crianças a partir de 01 ano de idade. <b>Embalagem de 0.800kg</b>	R\$ 57,70	R\$ 46.160,00
<b>TOTAL R\$</b>				<b>R\$</b>	<b>1.270.684,59</b>

## VALORES PARA A PROPOSTA CORRIGIDA DEVERÃO SER LINEARES EM TODOS OS ITENS

### DAS AMOSTRAS:

- Será obrigatória apresentação de amostra para os itens 1, 14, 16, 23, 28, 29, 41, 59, 60, 65 e 89.
- Todas as amostras deverão estar acondicionadas em embalagens originais, conter o número de registro do produto no órgão competente do Ministério da Saúde ou da Agricultura, que poderá estar expresso no rótulo do produto, ou através da apresentação do Certificado de Registro.
- As amostras dos produtos de origem animal, deverão estar acondicionadas em embalagens adequadas a sua conservação (caixa térmica).
- As amostras deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, sito a rua Sergio





# PAPANDUVA

## GOVERNO DO MUNICÍPIO

Glevinski, 134 – Centro – Papanduva/SC, no prazo de 05 (cinco) dias corridos após o encerramento do Certame, para análise após a habilitação.

- Marcas aprovadas em processos anteriores, mas que apresentaram intercorrências durante a execução do mesmo, serão automaticamente reprovadas.
- Marcas aprovadas em processos anteriores e que atenderam a qualidade durante a execução serão automaticamente aprovadas.
- Todas as amostras serão isentas de custos e permanecerão em poder da Secretaria Municipal de Educação, em hipótese alguma haverá devolução ou pagamento pelas Amostras.

### ENTREGA E PAGAMENTO:

- Todos os gêneros perecíveis deverão apresentar o peso afixado em suas embalagens;
- As quantidades a serem entregues serão **conforme cronograma definido pela Secretaria de Educação**;
- Os produtos que não estiverem dentro das especificações exigidas no Edital exemplo: frutas em estado avançado de amadurecimento, com partes podres, amassadas batidas, muito verdes, não serão recebidos. devendo ser substituídos dentro de 72 horas corridas;
- **Horario das Entregas:** As entregas deverão ocorrer a partir das 08:00hs até as 16:00hs;
- **Locais de Entrega:** Centros de Educação Infantil – CEI e Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino;
- **Forma de Entrega:** O fornecedor obriga-se a fazer as entregas de todos os gêneros alimentícios diretamente nas unidades escolares; Previsão de 09 (nove) entregas para os gêneros não perecíveis nas unidades escolares da rede de Ensino Fundamental da Área Rural, que deverá ocorrer em 10 (dez) dias úteis a partir da data da solicitação emitida pelo Setor de Alimentação Escolar; Previsão de entregas **mensais** para os gêneros “não perecíveis” nas Unidades Escolares da Área Urbana; Previsão de entregas **semanais** para os gêneros “perecíveis” nas unidades escolares da área urbana, que deverão ocorrer toda Terça-Feira de manhã, exceto se estes dias vierem a coincidir com feriados; Previsão de entregas **quinzenais** para os gêneros “perecíveis” nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino da Área Rural;
  - Não é permitida troca de itens por outro similar;
  - Embalagens obrigatoriamente deverão estar de acordo com as unidades de medida/gramatura estabelecidas neste edital;
  - O Serviço de Inspeção Municipal **SIM** somente será considerado e aceito para produtos derivados de animal de interessados locais (dentro do município de Papanduva –SC) *Lei 1769, de 02 de abril de 2007 de acordo com o Artigo 3º Parágrafo.*
- **Veículo para as Entregas:** Todos os gêneros alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão, e estarem acondicionados em caixas próprias, de



# PAPANDUVA

## GOVERNO DO MUNICÍPIO

forma a manter sua integridade, os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado, isotérmico e refrigerado, conforme a legislação vigente;

- **Do motorista entregador:** O motorista/entregador deve apresentar-se com identificação da empresa, uniformizado e asseado. Deverá junto com o recebedor conferir o total de todos os itens conforme cronograma de entrega.

- **Recebedor dos Produtos:** Os colaboradores que efetuam o recebimento dos alimentos são capacitados pela nutricionista do Setor de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação, a qual orienta com relação as quantidades, marcas e qualidades dos produtos e de como devem proceder no caso de divergências relativas a entrega. Os colaboradores que efetuam o recebimento também são orientados sobre como deve ser realizado o certificado das notas, estando os procedimentos também especificados em Procedimento Operacional Padrão (POP), disponível em todas as Unidades Educacionais. A conferência dos alimentos devem ser efetuadas utilizando a planilha de entrega e a nota fiscal. Os alimentos em quilo devem obrigatoriamente ser pesados em balança. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, itens não perecíveis e 3 (três) dias itens perecíveis a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. O carimbo com os dados da Unidade Educacional e do colaborador que efetuar a conferência dos alimentos só deverá estar na nota de entrega no momento que todos os alimentos previstos forem entregues.

- **Forma de Pagamento:** Os pagamentos serão efetuados mediante notas devidamente datadas e assinadas pelo recebedor, no prazo de 30 dias corridos após a entrega.

### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

- A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

-A CONTRATADA fica obrigada a providenciar a reposição do objeto entregue que não estiver em conformidade com o Edital, como prazos de validade, quantidades, qualidade conforme citado nos itens anteriores.

### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- Promover o pagamento de acordo com o contrato pré-estabelecido;
- Realizar a fiscalização através da Sra. Luzia de Fatima Bialeski;



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## ANEXO II

### PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 116/2023

#### 1. HABILITAÇÃO

##### 1.1 EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

A empresa vencedora do Pregão deverá apresentar, imediatamente após o encerramento da disputa, os seguintes documentos comprobatórios de habilitação, sendo que tais documentos deverão ser **encaminhados pelo e-mail licitacao@papanduva.sc.gov.br**, “documentos originais ou copia autenticada” para aqueles que foram anexados na plataforma sem qualquer comprovação de veracidade (documentos emitidos online e que possuem autenticação digital ou forma de conferência digital, como as CND's, são dispensados deste envio), para conferência por parte do Pregoeiro.

##### 1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

###### 1.2.1 Habilitação Jurídica

- a) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

###### 1.2.2. Regularidade Fiscal

- a) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal;
- d) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- e) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- g) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (**CRS/FGTS**);
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Inciso incluído**



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

pela Lei 12.440, de 2011) [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br)

## 1.2.2.2. Declaração, assinada por representante legal da proponente, de que:

- a) Não foi declarada **inidônea** para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal, conforme modelo do anexo 6;
- b) Não há **superveniência** de fato impeditiva para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo do Anexo 7;
- c) **A empresa atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal** (Lei 9.854 de 27/10/99), conforme modelo do Anexo 8;
- d) **Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal** – Art. 9º inciso III da Lei 8.666/93 e Art. 8º, do Decreto Municipal nº 6615, conforme Anexo 11.

1.2.2.2.1. As declarações somente serão obrigadas a serem enviadas anexas aos documentos caso a plataforma deixe de requisitar o preenchimento das mesmas diretamente no sistema para que possam registrar suas propostas (o sistema atualmente não aceita o cadastro de propostas sem que a empresa assinale as declarações como verídicas).

## 1.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) **Certidão negativa falência e concordata, recuperação judicial** expedida pelo Cartório Distribuidor da pessoa jurídica, contendo expresso na própria certidão o prazo de sua validade.
  - a.1) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.
  - a.2) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão.

- 1.3. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio, mediante conferência com os originais, não sendo aceito qualquer documento em papel termo sensível (Fac-símile). As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.
- 1.4. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.
- 1.5. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.
- 1.6. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a



# PAPANDUVA

## GOVERNO DO MUNICÍPIO

executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

- 1.7. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.
- 1.8. **Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.**
- 1.9. **A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.**



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## ANEXO III

### **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2023 MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)**

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº \_\_\_\_/2023 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

#### **IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

NOME DA EMPRESA: CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:  
REPRESENTANTE e CARGO: CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:  
ENDEREÇO e TELEFONE: AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

#### **PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)**

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.  
PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

#### **CONDIÇÕES GERAIS**

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

#### **PRAZO DE GARANTIA**

A garantia deverá ser da seguinte forma: Para todos os **itens** de no mínimo, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

#### **LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

**Obs.:** No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

#### **VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL**

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

#### **LOCAL E DATA**

#### **NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**

**OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.**



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2023

### DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_, sediada.

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_ instaurada pela Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_/2023

### DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa

CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_, sediada

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.





# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2023.

### DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_, sediada

(Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.

- 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_/2023

### DECLARAÇÃO

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte.(Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa) , CNPJ / MF nº , sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão , que estou (amos) sob o regime de ME/EPP , para efeito do disposto na LC 123/2006

---

Local e data

---

Nome e nº da cédula de identidade do declarante



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_/2023

### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão.....da Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_, que a empresa.....tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa:



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## ANEXO IX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2023

### DECLARAÇÃO

(Razão

Social)

CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_

Sediada \_\_\_\_\_

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, instaurada pelo Município de \_\_\_\_\_, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Data \_\_\_\_\_

Local \_\_\_\_\_

Nome do declarante \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## ANEXO X

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e \_\_\_\_\_, na Sede da Prefeitura Municipal de ....., Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 116/2023 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, para ....., conforme especificações e preços máximos constantes no Anexo I do Edital Pregão Eletrônico nº 116/2023.

1.2 – As proponentes registradas para o(s) fornecimento(s) cotados são os seguintes.....

1.3 – O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.4 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente.

1.4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue durante toda a validade da Ata deste Registro, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

1.4.2 – Não serão aceitos os itens que a vencedora entregar fora da especificação do edital e anexo I.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio



# PAPANDUVA

## GOVERNO DO MUNICÍPIO

econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº 116/2023 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Proponente(s).

### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E PAGAMENTO

4.1- Todos os gêneros perecíveis deverão apresentar o peso afixado em suas embalagens;

4.2- As quantidades a serem entregues serão **conforme cronograma definido pela Secretaria de Educação**;

4.3- Os produtos que não estiverem dentro das especificações exigidas no Edital exemplo: frutas em estado avançado de amadurecimento, com partes podres, amassadas batidas, muito verdes, não serão recebidos. devendo ser substituídos dentro de 72 horas corridas;

4.4- **Horario das Entregas:** As entregas deverão ocorrer a partir das 08:00hs até as 16:00hs;

4.5- **Locais de Entrega:** Centros de Educação Infantil – CEI e Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino;

4.6- **Forma de Entrega:** O fornecedor obriga-se a fazer as entregas de todos os gêneros alimentícios diretamente nas unidades escolares; Previsão de 09 (nove) entregas para os gêneros não perecíveis nas unidades escolares da rede de Ensino Fundamental da Área Rural, que deverá ocorrer em 10 (dez) dias úteis a partir da data da solicitação emitida pelo Setor de Alimentação Escolar; Previsão de entregas **mensais** para os gêneros “não perecíveis” nas Unidades Escolares da Área Urbana; Previsão de entregas **semanais** para os gêneros “perecíveis” nas unidades escolares da área urbana, que deverão ocorrer toda Terça-Feira de manhã, exceto se estes dias vierem a coincidir com feriados; Previsão de entregas **quinzenais** para os gêneros “perecíveis” nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino da Área Rural;

- Não é permitida troca de itens por outro similar;
- Embalagens obrigatoriamente deverão estar de acordo com as unidades de medida/gramatura estabelecidas neste edital;
- O Serviço de Inspeção Municipal **SIM** somente será considerado e aceito para produtos derivados de animal de interessados locais (dentro do município de Papanduva –SC) *Lei 1769, de 02 de abril de 2007 de acordo com o Artigo 3º*



# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## *Parágrafo.*

**4.7- Veículo para as Entregas:** Todos os gêneros alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão, e estarem acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade, os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado, isotérmico e refrigerado, conforme a legislação vigente;

**4.8 - Do motorista entregador:** O motorista/entregador deve apresentar-se com identificação da empresa, uniformizado e asseado. Deverá junto com o recebedor conferir o total de todos os itens conforme cronograma de entrega.

**4.9 - Recebedor dos Produtos:** Os colaboradores que efetuam o recebimento dos alimentos são capacitados pela nutricionista do Setor de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação, a qual orienta com relação as quantidades, marcas e qualidades dos produtos e de como devem proceder no caso de divergências relativas a entrega. Os colaboradores que efetuam o recebimento também são orientados sobre como deve ser realizado o certificado das notas, estando os procedimentos também especificados em Procedimento Operacional Padrão (POP), disponível em todas as Unidades Educacionais. A conferência dos alimentos devem ser efetuadas utilizando a planilha de entrega e a nota fiscal. Os alimentos em quilo devem obrigatoriamente ser pesados em balança. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, itens não perecíveis e 3 (três) dias itens perecíveis a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. O carimbo com os dados da Unidade Educacional e do colaborador que efetuar a conferência dos alimentos só deverá estar na nota de entrega no momento que todos os alimentos previstos forem entregues.

**4.10- Forma de Pagamento:** Os pagamentos serão efetuados mediante notas devidamente datadas e assinadas pelo recebedor, no prazo de 30 dias corridos após a entrega.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)**

5.1 A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.3 A CONTRATADA fica obrigada a providenciar a reposição do objeto entregue que não estiver em conformidade com o Edital, como prazos de validade, quantidades, qualidade conforme citado nos itens anteriores.

5.4 A qualidade dos produtos deverá ser rigorosamente àquele descrito no Termo de Referência e Nota de empenho, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele.

5.5 Os preços cotados incluem todas as despesas de custo, seguro, frete, encargos fiscais,



# PAPANDUVA

## GOVERNO DO MUNICÍPIO

comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza.

5.6 O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93 e constante no art. 12, do Decreto Federal nº 7.892/2013.

5.7 Não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE a respeito do presente contrato e dos serviços a ele inerentes;

5.8 Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Prefeitura ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente Contrato.

5.9 Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela Contratante.

5.10 O descumprimento, injustificado do prazo fixado, no item anterior para execução dos serviços e ou entrega de mercadorias e bens, acarretará em multa pecuniária diária, nos termos do Edital e Contrato a ser firmado, ficando o(s) Contratado(s) sujeito(s) às penalidades previstas na Lei 8.666/93.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

6.1 Promover o pagamento de acordo com o contrato pré-estabelecido;

6.2 Realizar a fiscalização através de sua representante Sra. Luzia de Fatima Bialeski;

6.3 Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame para a correta execução do fornecimento.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

7.1 – A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 10% sobre o valor do item;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.
- f) Multa de Mora de 1% ao dia, limitados a 30 (trinta) dias, por atraso na entrega, a ser aplicado sob o valor do empenho ou autorização de fornecimento, expedida por profissional designado da Administração Pública Municipal.





# PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 – quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

## CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A empresa vencedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva, / / /

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- Pregoeiro(a)
- Equipe de Apoio
- Equipe de Apoio
- Equipe de Apoio

EMPRESAS: \_\_\_\_\_